



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 14/XVI/M&C 1.ª SL

Aos quatro dias do mês de julho de 2024, pelas 12:00 horas, reuniu a Comissão De Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na(o) Sala 7 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

#### 1. Audiência com a Flotilha da Liberdade.

\_\_\_\_\_ // \_\_\_\_\_

Iniciada a sessão, dirigida pelo 2.º Vice-Presidente da Comissão, Deputado **Rodrigo Saraiva (IL)**, foi por este manifestado um cumprimento aos Deputados presentes e delegação visitante. Depois deu conta da grelha de tempos pela qual se regeu a audiência. Após os cumprimentos deu a palavra à delegação da Flotilha da Liberdade para uma intervenção inicial.

Carlos Almeida, vice-presidente do MPPM - Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente, apresentou a delegação e o projeto que defendem. Fillipe Lopes, coordenador de Comunicação e Campanha da Flotilha da Liberdade, referiu que esta tem duas missões, nomeadamente, a ajuda humanitária emergencial, fazendo uso de três embarcações e 5 mil toneladas de ajuda necessária em Gaza. Informou que estes três navios se encontram retidos na Turquia por problemas de bandeira. Outra missão daquela organização é o apoio às crianças de Gaza. Referiu que diversos países europeus têm de ser responsabilizados pelo genocídio do povo palestino, nomeadamente os que mantêm relações económicas com este. Referiu que Portugal se nega a reconhecer a Palestina como estado, que é o primeiro passo social e político e que o Governo português se nega, também, a usar a palavra genocídio. Referiu que a Rússia invadiu a Ucrânia, resultando em pacotes de sanções por parte da Europa, mas no caso de Gaza nada fez. Questionou o porquê de a Europa não impor sanções a Israel. Informou que em 2010 a Flotilha da Liberdade foi atacada, vários elementos capturados, torturados e mortos pelas forças israelitas. Solicitou proteção diplomática para a flotilha. Youssef Sammour, primeiro-imediateiro no Handala, referiu que estariam atracados em Lisboa há 24h e tinham recebido queixas de residentes quanto à elevada imigração, nomeadamente proveniente do Médio



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 14/XVI/M&C 1.ª SL

Oriente. Questionou se esses residentes não deveriam tentar perceber o porquê dessa imigração. Referiu que o tribunal internacional já se tinha pronunciado sobre o imediato cessar-fogo por parte de Israel e que este nada tinha feito. Manifestou que a solução de dois estados já não seria uma solução, pois as fronteiras definidas estavam ocupadas por colonatos ilegais. Questionou como poderá existir um estado no qual a sua população foi dizimada. Agradeceu a simpatia e solidariedade, mas solicitou ações por parte de Portugal. Questionou o porquê de o Embaixador de Israel ainda ser autorizado a residir em Portugal e onde estariam as sanções que, na sua opinião, deveriam ter sido aplicadas a Israel. Questionou ainda o porquê do Governo português se recusar a usar o termo genocídio. Solicitou auxílio aos Deputados da Assembleia da República para a alteração da narrativa e mudança. Rana Hamida, artista e tripulante do Handala, referiu que a humanidade está a ser alvo de genocídio. Seguidamente, cantou uma música de crianças palestinianas em árabe. Focou a situação de catástrofe humanitária em Gaza, nomeadamente crianças. Referiu que sem crianças não haveria futuro, sendo necessária e urgente a tomada de ação. Sem ação não haveria mudança.

Intervieram a Deputada e os Deputados **Jorge Pinto (L)** referindo que Israel tenta desumanizar os palestinianos e que a narrativa de vítimas de 1.ª e 2.ª classe não é aceitável. Informou que não saberia a melhor maneira de parar o que se passa em Gaza, mas que algo teria de ser feito. Sem ação, a humanidade e os políticos estariam a falhar. Apresentou um paralelo com a situação de Timor-Leste com a invasão da Indonésia. Finalizou, referindo que o Grupo Parlamentar do L envidará esforços para a alteração da narrativa. **Marisa Matias (BE)** referiu que diversos Grupos Parlamentares têm apresentado propostas legislativas para o reconhecimento do estado da Palestina, procedendo, também, junto do Governo português. Que eram inaceitáveis os duplos padrões referentes à guerra na Ucrânia e à guerra em Gaza. Referiu a importância de apoio ao movimento Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS). Referiu que os políticos têm de assumir o seu papel. Manifestou o total apoio e solidariedade à organização, desejando-lhes que cheguem em segurança a Gaza para entregar a ajuda humanitária. **António Filipe (PCP)** manifestou o apoio e solidariedade com o povo palestiniano. Informou que, na Assembleia da República, nas últimas duas legislaturas, existiu o Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-Palestina. Defendeu que o Governo português deve reconhecer o estado palestiniano com as fronteiras definidas em 1957 e retorno dos refugiados. Defendeu o imediato cessar-fogo na



## Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

### ATA NÚMERO 14/XVI/M&C 1.ª SL

região. **João Paulo Rebelo (PS)** referiu que o Grupo Parlamentar do PS tem defendido o reconhecimento do estado palestiniano há vários anos, negociando, também, com outros países. Questionou se Portugal defende a situação de dois estados, porque é que só reconhece um estado. Informou que, naquela manhã, o Grupo Parlamentar do PS, questionou o Ministro de Estado e Negócios Estrangeiros, novamente, sobre o estado da palestina. Manifestou a sua solidariedade para com o povo palestiniano e que Portugal tinha de tomar uma posição. **Rodrigo Saraiva (IL)** questionou se o navio Handala só fazia a sensibilização ou também transportava ajuda humanitária.

Fellipe Lopes explicou no que consiste a flotilha e os navios com problemas de bandeira retidos na Turquia. Referiu que o navio Handala procede à sensibilização, nomeadamente, nos países europeus. Referiu que é urgente a resolução do problema das bandeiras, o que está a ser tratado pelos advogados da organização, para depois seguirem para Gaza. Carlos Almeida agradeceu a disponibilidade da Comissão e informou que entregaram um abaixo-assinado na residência do Primeiro-Ministro. O reconhecimento do estado da Palestina significa que o povo da palestina é igual a todos os outros. Realçou que é preciso fazer muito mais para a resolução do conflito. Informou que a marinha portuguesa estava, presentemente, a testar um drone subaquático de produção israelita, o que era considerado inaceitável. Mais inaceitável, seria Portugal adquirir equipamento militar de Israel. Reforçou a necessidade de tomada de ação. Apelou ao auxílio do Governo português e da Assembleia da República.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas 13:20 horas, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o [registo áudio](#) da reunião, o qual constitui parte integrante da presente Ata.

Palácio de São Bento, 04 de julho de 2024.

**O VICE-PRESIDENTE**

**(Rodrigo Saraiva)**



**Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas**

**ATA NÚMERO 14/XVI/M&C 1.ª SL**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Eduardo Reis (PSD)

Rodrigo Saraiva (IL)

João Paulo Rebelo (PS)

Marisa Matias (BE)

Jorge Pinto (L)

António Filipe (PCP)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

---

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

---

Ata aprovada em reunião de Comissão de 12 de setembro de 2024